



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Simone Xavier Paiva de Sousa e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Aguiar, Boa Ventura, Cajazeirinhas, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Manaíra, Nova Olinda, Olho D'água, Pedra Branca, Piancó, Princesa Isabel, Santa Inês, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, São José de Caiana, São José de Princesa, Serra Grande, Tavares
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	13/04/1993
Data da última correição	3 de agosto de 2021
Período de correicionado	1º/7/2021 a 31/5/2022

Aos 17 dias do mês de junho de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Itaporanga, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 26/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico. O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial, contando com a participação do Juiz titular, David Servio Coqueiro dos Santos, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na



análise dos processos selecionados para correção, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/7/2021 a 31/5/2022** (11 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
David Servio Coqueiro dos Santos	1º/6/2021- Ato TRT SGP nº 101/2021

### 1.2 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Itaporanga conta, atualmente, com **10** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Antonio Felix da Trindade	Técnico Judiciário	13/4/1993
Erlí Bandeira de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/6/2021
Gonçalo de Sousa Pontes Junior	Técnico Judiciário	25/10/2016
Marcones Carvalho Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	15/9/2021
Maria do Socorro Tavares de Moraes	Técnico Judiciário	3/10/2017
Maria Madalena Barboza da Silva	Técnico Judiciário – Assistente III	20/8/2008
Nivaldo Freitas Correia de Oliveira	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	5/8/1993
Raul Cavalcante Silva	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2021
Sebastião Rosemberg de O. Montenegro	Analista Judiciário	10/8/1998
Terezinha Oliveira Remigio	Técnico Judiciário – Calculista	13/4/1993

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por setores, no Sistema PJe, da seguinte forma:



Fase processual/setores	Servidores
Conhecimento - Audiência	Marcones Carvalho Sousa Maria Madalena Barboza da Silva Antônio Félix da Trindade
Conhecimento - Acordo	Maria do Socorro Tavares de Moraes Marcones Carvalho Sousa
Liquidação e Execução	Gonçalo de Sousa Pontes Júnior Erli Bandeira de Sousa Terezina Oliveira Remígio Sebastião Rosemberg de Oliveira Montenegro
Gabinete - minutas de despachos complexos e sentenças/decisões	Erli Bandeira de Sousa
Diversos - notificações (expedientes - cartas precatórias - mandados - ofícios)	Maria Madalena Barboza da Silva Marcones Carvalho Sousa Terezina Oliveira Remígio

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

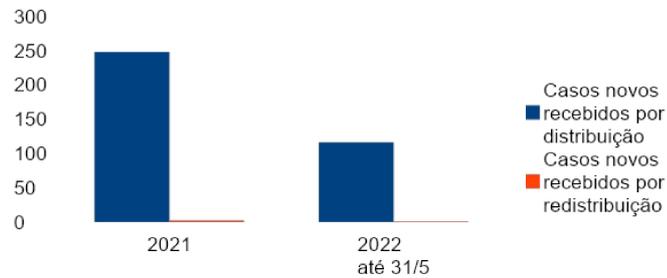
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Itaporanga contabilizava, em 31/5/2022, um acervo processual de **422** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	191
Fase de Liquidação	-
Fase de execução	224
Cartas precatórias e de ordem	7
<b>TOTAL</b>	<b>422</b>

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

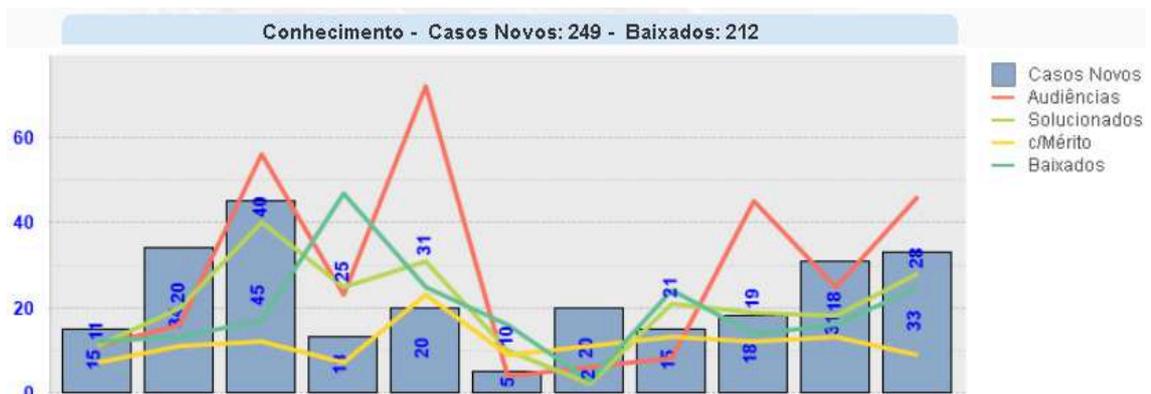
#### 2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 31/05
Casos novos recebidos por distribuição	247	116
Casos novos recebidos por redistribuição	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>249</b>	<b>117</b>



No período correicionado há registro de 1 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000122-36.2021.5.13.0019) e 1 processo recebido com sentença reformada pela instância superior (0000497-08.2019.5.13.0019).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (julho/2021 a maio/2022):

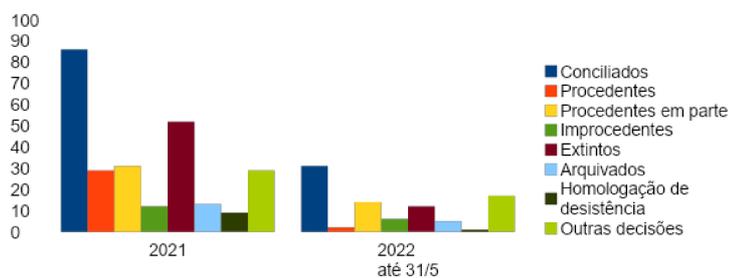


## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 31/5
Conciliados	86	31
Procedentes	29	2
Procedentes em parte	31	14



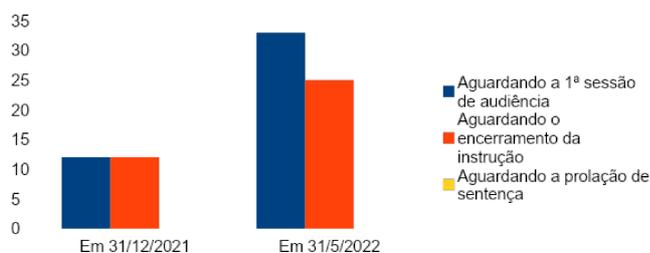
Improcedentes	12	6
Extintos	52	12
Arquivados	13	5
Homologação de desistência	9	1
Outras decisões	29	17
<b>TOTAL</b>	<b>261</b>	<b>88</b>



### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 31/5/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	12	33
Aguardando o encerramento da instrução	12	25
Aguardando a prolação de sentença	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>58</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)



Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 31/05	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	157	191	21,66%
Fase de liquidação	-	-	0%
Fase de execução	225	224	-0,44%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

#### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	-	3	98	32	-
Conciliação em conhecimento	7	-	2	-	2
Conciliação em Execução	3	22	1	32	16
Una	-	-	3	-	-
Instrução	-	8	33	3	-

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências, majoritariamente entre terça e quinta-feira e, excepcionalmente, nos demais dias da semana.

### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

#### 4.1 Fase de conhecimento (Fontes: Hórus)



<b>Fase de conhecimento</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b> até 31/5
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	34	39
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	58	40
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	70	51
Da conclusão à prolação da sentença	6	2
Do ajuizamento até a prolação da sentença	72	52

## 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

<b>Item</b>		<b>2021</b>	<b>2022</b> até 31/5
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	10	13
	Baixados	10	12
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Tutela Provisórias</b>	Recebidos	10	8
	Apreciadas	9	6
	<b>Pendentes</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
<b>Liquidação/ Execução</b>	Recebidos	8	4
	Baixados	6	4
	<b>Pendentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

<b>1º/7/2021 a 31/5/2022</b>			
<b>Item</b>	<b>Interpostos</b>	<b>Remetidos</b>	<b>Pendentes</b>
Recurso ordinário	65	61	4
Recurso adesivo	1	-	-
Agravo de petição	12	6	1
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>67</b>	<b>5</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **50** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e



**99** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **70** dias. O prazo praticado pela unidade neste exercício, até o dia **31/5**, é de **46** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **97** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **59** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **72** dias, para o ano base de **2021**, e de **52** dias, relativo a este ano de **2022**, até **31/5**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **679** dias, e de **366** dias, referente ao **exercício atual** até o dia **31/5**.

#### **8. FASE DE EXECUÇÃO** (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 31/5
Execuções pendentes no início do período	266	219
Execuções iniciadas	129	27
Desarquivados	160	20
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	177	29
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	116	57
<b>Execuções pendentes ao final do período</b>	<b>219</b>	<b>217</b>

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (julho/2021 a maio/22):



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/5
Acordo	PJe	R\$ 1.368.659,16	R\$ 242.434,70
Espontâneo	PJe	R\$ 244.311,96	R\$ 91.407,87
Execução	PJe	R\$ 497.209,37	R\$ 140.960,78
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.110.180,49</b>	<b>R\$ 474.803,35</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/5
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 36.376,67	R\$ 8.852,43
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 211.517,56	R\$ 36.573,37
Imposto de renda	PJe	R\$ 12,96	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 247.907,19</b>	<b>R\$ 45.425,80</b>

## 10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou o Desembargador Corregedor que, no período correccionado, foram realizadas, no sistema PJe, **195** diligências por **01** oficial de justiça *ad hoc*. Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática e a produtividade é lançada no SISOF pelo oficial de justiça *ad hoc*, conferida pelo gestor e lançada no SIGEP.



A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/07/2021 a 31/05/2022)			
Oficiais de Justiça <i>ad hoc</i>	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 15/06/2022
Nivaldo Freitas Correia de Oliveira	195	200	1

## 11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/7/2021 a 31/5/2022		
Item		Quantidade
SISBAJUD		104
INFOJUD		57
SIMBA		-
RENAJUD		67
BNDT	Pendentes	25
	Incluídos	105

## 12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	101,22%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,79%
Unidade Correicionada	58,12%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **116** casos novos (por distribuição) e **68** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **58,12%**.

<b>Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2019

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,08% da Meta 2
	97,72% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2020

<b>Meta 3/2021 – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>38,50% em 2021</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	108,85% da Meta 3
	41,91% de índice de conciliação



<b>Meta 3/2022 – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>40% em 2022</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	86,54% da Meta 3
	83,77% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	130,77% da Meta 3
	104,5% de índice de conciliação

<b>Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	358,87%

<b>Meta 5/2022 – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	81,69%
Unidade Correicionada	98,46%

<b>Indicadores</b>								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	3	9	46	35	93,88	79,54	87,10	
2022-02	24	6	37	27	57,81	64,28	60,38	
2022-03	14	12	41	23	50,00	46,00	48,48	
2022-04	16	4	56	25	49,56	44,64	47,93	
2022-05	25	7	64	23	43,84	37,70	42,03	

### **13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest**

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados



e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma redução no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, em 2022, bem como na fase de execução entre os anos de 2020 e 2021, e nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 31/5
Fase de conhecimento	433	269	82
Fase de execução	201	184	34

Deverá a unidade judiciária incrementar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Itaporanga encontra-se na **82ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 0 e 500 (26 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeri- dade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
24ª Região - MS - 1ª Vara de Amambaí	1º	5º	7º	2º	2º	3º
11ª Região -	2º	10º	14º	8º	1º	1º



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeri- dade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
AM e RR - 1ª Vara de Coari						
24ª Região - MS - 1ª Vara de São Gabriel do Oeste	3º	13º	12º	6º	6º	2º
13ª Região - PB - Vara de Itaporanga	10º	12º	6º	17º	10º	14º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
24ª Região - MS - 1ª Vara de Amambaí	1º	39,06	57,67	835,27
11ª Região - AM e RR - 1ª Vara de Coari	2º	79,73	224,26	1.078,5
24ª Região - MS - 1ª Vara de São Gabriel do Oeste	3º	114,92	72,82	754,97
13ª Região - PB - Vara de Itaporanga	10º	72,29	19,05	654,96



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
24ª Região - MS - 1ª Vara de Amambaí	1º	264	139	6
11ª Região - AM e RR - 1ª Vara de Coari	2º	556	372	6
24ª Região - MS - 1ª Vara de São Gabriel do Oeste	3º	360	173	6
13ª Região - PB - Vara de Itaporanga	<b>10º</b>	<b>234</b>	<b>147</b>	<b>10</b>

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a Vara do Trabalho de Itaporanga nas seguintes colocações, entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 14/06/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	<b>34º</b>	4º	129º	139º	19º	<b>557º</b>
setembro 2021	<b>67º</b>	9º	81º	380º	60º	<b>727º</b>
dezembro 2021	<b>66º</b>	9º	42º	<b>695º</b>	42º	<b>776º</b>
março 2022	<b>82º</b>	30º	44º	<b>470º</b>	114º	<b>915º</b>

Para demonstrar os números obtidos pela Vara do Trabalho de Itaporanga, no que se refere aos prazos de **janeiro a maio de 2022**:

**Ajuizamento até a prolação da sentença**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho de Itaporanga	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
52,3 dias	191,8 dias

<b>Início ao encerramento da liquidação</b>	
Vara do Trabalho de Itaporanga	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
32 dias	225,9 dias

<b>Início à extinção da execução - ente privado</b>	
Vara do Trabalho de Itaporanga	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
383,9 dias	1.152 dias

<b>Início à extinção da execução - ente público</b>	
Vara do Trabalho de Itaporanga	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
311,4 dias	858,3 dias

<b>Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau</b>	
Vara do Trabalho de Itaporanga	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
365,4 dias	1.039 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de **janeiro a maio/2022**, o Portal e-Gestão apresenta os seguintes dados:

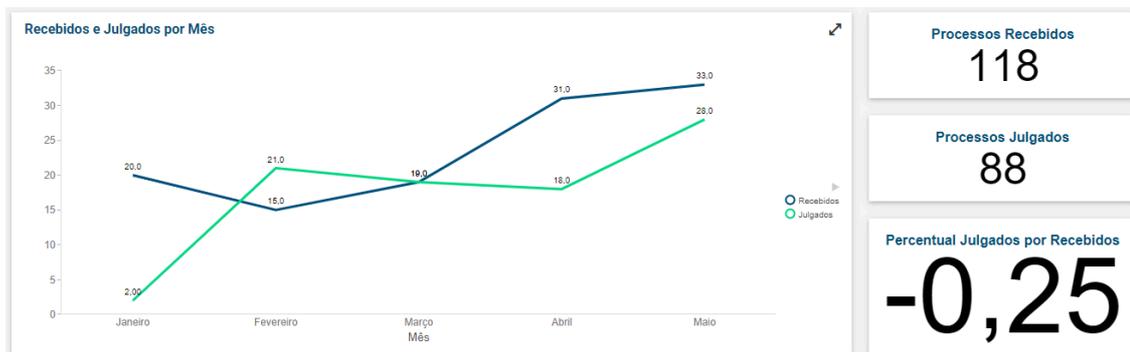
<b>Percentual de processos julgados por recebidos</b>	
Vara do Trabalho de Itaporanga	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-25,4%	-3%



A seguir o gráfico da relação entre processos recebidos e julgados durante todo o ano de 2021:



Já o percentual de janeiro a maio de 2022 pode ser observado no gráfico abaixo:



## JUIZES

### 14. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

#### Juiz Titular

Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	1º/7/2021 a 20/7/2021	20
Plantão	Proad nº 146/2022	15/1/2022 a 22/01//2022	8
Férias	SAOAdm	3/2/2022 a 22/2/2022	20

#### 14.1 Assiduidade dos magistrados



Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

#### 14.2 Audiências realizadas (1º/7/2021 a 31/5/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerram. instrução/ Inquir. testemunha	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
David Servio Coqueiro dos Santos	3	44	3	135	29	73	287

#### 14.3 Incidentes julgados (1º/7/2021 a 31/5/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
David Servio Coqueiro dos Santos	17	9	8	34

#### 15. Produtividade dos magistrados – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
David Servio Coqueiro dos Santos	74	11	31	9	4	8	47	41	225

#### 15.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	136
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	66
Homologação da Transação Extrajudicial	11
Consignação em Pagamento	6
Embargos de Terceiro Cível	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Inquérito para Apuração de Falta Grave	1



## 16. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças líquidas	%
David Servio Coqueiro dos Santos	40	95,24%

## 17. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
David Servio Coqueiro dos Santos	225

### 17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 3 dias

Magistrado	Dias
David Servio Coqueiro dos Santos	3

## 18. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 14/12/2022. O juiz titular asseverou que tem tomado medidas necessárias ao atingimento das metas e ressaltou o volume de emendas à inicial e adiamentos que protraem o tempo de julgamento dos processos. Destacou que o tempo médio de duração do processo é quase a metade da média de todo o Regional, que os processos pendentes e baixa na fase de conhecimento, predominantemente, aguardam julgamento de instância superior e que há rígido controle de prazos no PJe. Pontuou, também, que as pastas são controladas diariamente, assim como os desdobramentos do Sisbajud.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 19. GARIMPO



De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre julho de 2021 e maio de 2022 - 11 meses, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado	R\$ 60.552,46
Pagamento ao reclamante	R\$ 178.607,85
Pagamento ao advogado	R\$ 4.152,22
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 15.197,53
Recolhimento de custas	R\$ 1.053,54
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 95,53
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 259.659,13</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR Nº 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0130808-63.2014.5.13.0019, 0130554-90.2014.5.13.0019, 0000454-76.2016.5.13.0019.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD N° 2317/2022), o juiz titular David Sérgio Coqueiro dos Santos não participou de curso voltado à conciliação e mediação, tampouco de atividades de capacitação no período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT n° 09/2011).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2777/2022) estão abaixo descritas:

<b>Servidores</b>	<b>Descrição</b>
<b>ERLI BANDEIRA DE SOUSA</b>	TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO
<b>GONCALO DE SOUSA PONTES JUNIOR</b>	LIVE N° 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC N° 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO  TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
<b>MARCONES CARVALHO SOUSA</b>	TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL  TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS /



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<p><b>RAUL CAVALCANTE SILVA</b></p>	<p>TRT - LIBRAS AVANÇADO - MÓDULO I / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>CONGRESSO NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO PÓS CO VID-19 E SEUS REFLEXOS NA VIDA DAS PESSOAS E NA JUSTIÇA DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p> <p>TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
ANTONIO FÉLIX DA TRINDADE
MARIA DO SOCORRO TAVARES DE MORAIS
MARIA MADALENA BARBOZA DA SILVA
NIVALDO FREITAS CORREIA DE OLIVEIRA
SEBASTIÃO ROSEMBERG DE O. MONTENEGRO
TEREZINHA OLIVEIRA REMIGIO

## 21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 6 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

## 22. RECOMENDAÇÕES

### Ao magistrado

#### 1. Recomendações gerais

a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;



- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.

## **2. Recomendações específicas**



- a) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- b) ao magistrado David Servio Coqueiro dos Santos, participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, bem como cumprir a carga horária mínima de 30h por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

#### **Ao Diretor de Secretaria**

- a) permanecer monitorando os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) abster-se de elaborar expedientes em sigilo para controle de prazos, devendo utilizar e incentivar os servidores a utilizar o Gigs no monitoramento, por exemplo, dos prazos das ferramentas eletrônicas;
- d) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;

#### **Aos servidores**

- a) utilizar a boa prática de, no expediente de Requisição de Pequeno Valor, incluir o prazo de 2 meses corridos, com a finalidade de otimizar a rotina, sendo desnecessária a elaboração de nova intimação;
- b) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

### **23. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a Vara do Trabalho de Itaporanga tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (101,22%), 2 (107,53%), 3 (108,85%) e 5 de 2021 (358,87%), pelo que parabeniza os servidores e magistradas pelo trabalho desempenhado.

Destaca-se a excelente performance na meta 5, atinente às taxas de congestionamento das fases de conhecimento e execução, indicativo da boa gestão de processos e otimização de rotinas.

Tratando-se do Igest, a Vara do Trabalho de Itaporanga tem se mantido no primeiro quartil no último ano, entre a posição 35ª (março de 2021) e 82ª (março de 2022), embora com discreta negativa evolução, estando posicionada entre as 100 melhores unidades judiciárias de todo o Regional.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**



## ANEXO

### VISTOS

0130241-32.2014.5.13.0019	0000582-91.2019.5.13.0019	0000647-57.2017.5.13.0019
0000189-35.2020.5.13.0019	0000364-63.2019.5.13.0019	0000127-58.2021.5.13.0019
0000146-64.2021.5.13.0019	0006600-85.2006.5.13.0019	0000529-81.2017.5.13.0019
0000114-59.2021.5.13.0019	0000236-72.2021.5.13.0019	0000447-50.2017.5.13.0019
0000583-47.2017.5.13.0019	0000195-42.2020.5.13.0019	0007000-02.2006.5.13.0019
0000785-24.2017.5.13.0019	0000240-12.2021.5.13.0019	0000269-33.2019.5.13.0019
0000213-34.2018.5.13.0019	0000239-27.2021.5.13.0019	0000603-67.2019.5.13.0019
0000478-02.2019.5.13.0019	0000084-24.2021.5.13.0019	0000708-15.2017.5.13.0019

### DESPACHOS CORREICIONAIS

0000286-74.2016.5.13.0019	0000027-40.2020.5.13.0019	0060000-04.2012.5.13.0019
0000519-37.2017.5.13.0019	0000037-16.2022.5.13.0019	0000018-44.2021.5.13.0019